

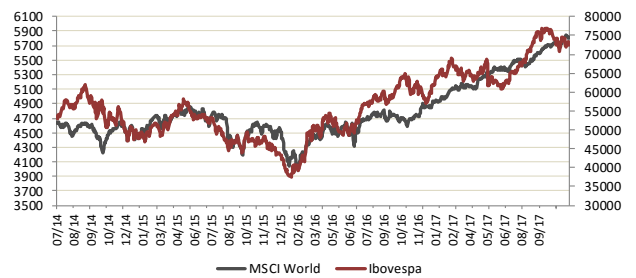


BOLETIM SEMANAL

sexta-feira, 15 de dezembro de 2017

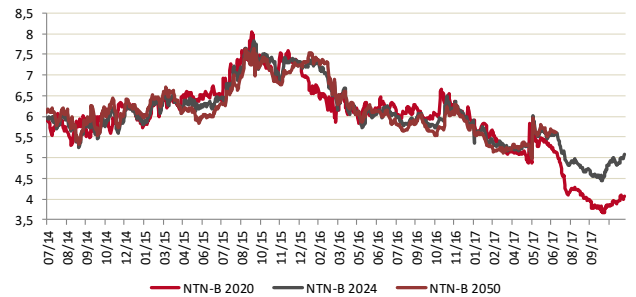
BOLSAS

| | Cotação | Semana | MTD | YTD |
|----------------------------|---------|--------|--------|--------|
| MSCI World - Dvlp, Net, TR | 5852 | 0,70% | 4,15% | 20,82% |
| MSCI ACWI | 242 | 0,83% | 4,10% | 22,06% |
| IBX | 30091 | -0,45% | -2,33% | 21,39% |
| Ibovespa | 72752 | -0,52% | -2,07% | 20,80% |
| NASDAQ | 6925 | 1,11% | 6,61% | 28,65% |
| S&P 500 | 2676 | 0,96% | 6,22% | 19,53% |
| EURO STOXX 50 | 3561 | -0,86% | -0,95% | 8,21% |
| TOPIX | 1793 | -0,57% | 7,09% | 18,10% |
| Shenzhen CSI 300 | 3981 | -0,56% | 3,76% | 20,26% |



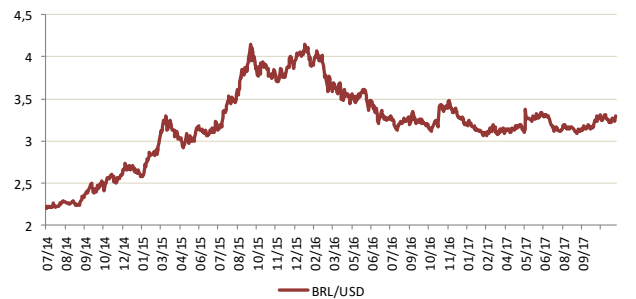
RENDA FIXA

| | Cotação | MTD | YTD |
|----------------|---------|-------|--------|
| 10Y Treasuries | 2,36% | 2,33% | 2,44% |
| 10Y Gilts | 1,15% | 1,36% | 1,24% |
| 10Y Bunds | 0,30% | 0,46% | 0,21% |
| LTN 2018 | 6,93% | 7,36% | 11,51% |
| NTN-B 2020 | 4,08% | 3,79% | 6,23% |
| NTN-B 2024 | 5,17% | 4,56% | 5,89% |
| NTN-B 2050 | 5,50% | 5,11% | 5,73% |



MOEDAS

| | Cotação | MTD | YTD |
|---------|---------|--------|--------|
| BRL/USD | 3,31 | -4,69% | -1,71% |
| EUR/USD | 0,85 | -0,45% | 10,56% |
| GBP/USD | 0,75 | -0,60% | 7,30% |
| JPY/USD | 112,67 | -0,14% | 3,67% |



COMMODITIES

| | Cotação | Semana | MTD | YTD |
|--------------------|---------|--------|--------|--------|
| Ouro | 1257 | 0,62% | -2,18% | 9,13% |
| Petróleo (WTI) | 57 | 0,17% | 11,07% | 6,83% |
| Petróleo (Brent) | 63 | 0,03% | 11,46% | 11,40% |
| DJ UBS Commodities | 171 | 0,02% | -0,30% | -3,16% |

ÍNDICES

| | Semana | MTD | YTD |
|-----------------------|--------|--------|--------|
| IMA-B5 | -0,08% | 0,62% | 11,63% |
| IMA-B5+ | 0,05% | -2,68% | 11,55% |
| IRFM | 0,11% | 0,73% | 14,39% |
| FTSE NAREIT Developed | 1,41% | 3,11% | 10,65% |



No cenário político local, destaca-se a decisão do PSDB de fechar questão pela aprovação da reforma da Previdência, em reunião realizada nesta quarta-feira. Esta reunião foi a primeira comandada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o qual foi eleito presidente do partido no último sábado. Vale ressaltar que a aprovação da PEC requer os votos de 308 dos 513 deputados, sendo que a bancada do PSDB possui 46 deputados. Ainda com relação à reforma da Previdência, o líder do governo no senado Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou também o acordo entre os presidentes da Câmara e do Senado para que a reforma seja votada apenas em fevereiro de 2018; esse adiamento oficial da votação para o ano que vem abre espaço para elevação do dólar, o qual bateu R\$3,34 ao longo da semana. Contudo, apesar do adiamento, o Palácio do Planalto deve adotar um discurso otimista e manter a pressão sobre a base aliada a fim de garantir os votos necessários para aprovar a proposta.

No cenário econômico, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, revisou a previsão de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 para 1,1% – antes, a estimativa era de 0,5%. Em 2018, a nova projeção oficial é de 3% – antes, era de 2%. Além disso, o ministro afirmou que o cálculo foi embasado pelo aumento da confiança, investimento e consumo. Foi relevante ainda a divulgação feita pelo IBGE de recuo de 0,9% nas vendas no varejo em outubro, na comparação com o mês anterior. A expectativa era de alta de 0,2%.

Nos Estados Unidos, é importante destacar o resultado da votação na eleição especial ao Senado no Alabama – para preencher um assento deixado vago pela indicação de Jeff Sessions para o cargo de procurador-geral. O candidato democrata Doug Jones venceu por 1,5 ponto percentual o polêmico candidato republicano Roy Moore, o qual está envolvido em escândalos de abuso sexual, da época em que ainda era procurador-assistente. A inesperada derrota republicana no Alabama pode significar um prenúncio de problemas para Trump, visto que agora que os republicanos terão apenas dois assentos a mais que os democratas (51 a 49). A votação, que pôs à prova a popularidade do presidente Donald Trump, acabou sendo um baque eleitoral para seu governo, visto que esta foi a primeira vitória de um candidato democrata no

estado em 25 anos. No cenário externo, a decisão do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de reconhecer Jerusalém como capital de Israel ainda tem gerado polêmicas e retaliações dos presidentes da Palestina e do Irã. Além disso, vale destacar o aumento das tensões entre EUA e Coreia do Norte. O governo coreano advertiu neste domingo que um bloqueio marítimo ao seu país seria "uma declaração de guerra", em referência a uma das novas sanções os Estados Unidos planejam impor a Pyongyang após o lançamento de seu último míssil balístico.

Com relação aos indicadores econômicos, destaca-se a decisão do Fed de elevar a taxa de juros em 25p.p., para uma faixa de 1,25 a 1,50%. Além disso, o PPI do mês de novembro apresentou crescimento de 0,4% em relação ao mês anterior, enquanto o core CPI apresentou elevação de 0,1%, aquém das expectativas – que eram de 0,2%.

No cenário internacional, cabe destacar que os líderes da União Europeia deram a autorização formal para a abertura da segunda fase de negociações do Brexit, focando em um período de transição e nos futuros laços comerciais entre o bloco e o Reino Unido. Além disso, a UE informou ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que não apoia decisão de Trump sobre Jerusalém. Ademais, O presidente da Rússia, Vladimir Putin, ordenou, nesta segunda-feira, que forças russas comecem a se retirar da Síria, dizendo que, após uma campanha militar de dois anos, Moscou e Damasco alcançaram seu objetivo de destruir o Estado Islâmico.

Com relação aos indicadores econômicos, vale destacar a divulgação do CPI de novembro do Reino Unido, o qual avançou 0,3% em relação ao mês anterior, assim como o da Alemanha. Já a produção industrial da União Europeia mostrou avanço de 0,2% em outubro, em relação ao mês anterior.

Destaques de Conjuntura

Discurso de posse (Fábio Giambiagi -- 13/12/2017)

Fabio Giambiagi, economista, é superintendente da área de Planejamento e Pesquisa do BNDES e coorganizador do livro "Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2010".

* * *

2018 será um ano de eleições. Estas são as linhas gerais que, como cidadão, gostaria que o futuro presidente pronunciasse ao tomar posse. Creio que espelha as aspirações de muitos dos leitores do Valor.

"Quero me dirigir aos brasileiros para passar cinco mensagens principais. A primeira --e a mais importante de todas -- é uma mensagem de união. Nosso país passou por anos muito difíceis nos últimos tempos. Tivemos o segundo impeachment de um presidente da República entre os quatro cidadãos que foram eleitos para o cargo depois da redemocratização de 1985 e uma disputa política muito tensa nos dois anos e meio que se seguiram a esse episódio.

Hoje creio que é chegado o momento de todos, figurativamente, deporem as armas. Comprometo-me a ser o presidente de todos os brasileiros. Um país não pode se desenvolver se o radicalismo de parte a parte domina as ações de todos. Temos que substituir a guerra de guerrilhas pela conversa e a tentativa sistemática de cercar a ação dos adversários pela negociação. Serei um presidente aberto ao diálogo e me esforçarei por ganhar a confiança de todos.

A segunda mensagem é acerca da gravidade da situação. Vivemos a pior crise fiscal dos últimos 50 anos. O déficit público médio dos últimos 4 anos foi de 9% do PIB. A dívida pública, que era de 52% do PIB em 2013, alcançou aproximadamente 80% do PIB em 2018. O gasto excluindo juros e transferências do governo federal, que em 1991, quando as estatísticas começaram a ser feitas com a metodologia atual, era de 11% do PIB, somou 20% do PIB em 2018.

Por onde se olhe a questão, a dramaticidade do quadro salta aos olhos. O Brasil já sofreu no passado as duas únicas consequências possíveis às quais esse tipo de trajetórias acaba conduzindo cedo ou tarde, na ausência de correções de rota: o descontrole inflacionário ou o "calote" da dívida pública. Não fui escolhido para levar o país a um desses dois destinos e sim pela razão contrária: fui eleito para evitar que um desses desastres aconteça.

Temos que ajustar as contas públicas e vou dizer isso de forma muito clara: trata--se de um desafio urgente e a base disso será a reforma da Previdência. Minha equipe dará a devida prioridade ao tema, desde o primeiro dia de governo.

A terceira mensagem que tenho para compartilhar se relaciona com o tema da produtividade. E neste ponto não podemos tapar o sol com a peneira: a produção de bens e serviços que cada brasileiro produz em média é muito baixa. Mesmo nos bons anos da década passada, quando o país cresceu bastante, esse crescimento se deu principalmente pela expansão do emprego. Isso foi muito positivo na época porque diminuiu o desemprego, mas quando a disponibilidade de mão de obra se esgota, o país depende do dinamismo da produtividade -- e ele é baixo.

Teremos que produzir mais por trabalhador ocupado e isso demanda duas mudanças enormes em relação a como o país funcionou no passado. Primeiro, teremos que dar uma importância muito maior à educação. E segundo, teremos que vencer o desafio de aceitar a competição. Sem encarar esta necessidade de frente, continuaremos a depender do protecionismo e dos favores do Estado -- e este está exaurido por décadas de políticas que não cabem mais no orçamento.

A quarta mensagem é um compromisso: o zelo com a coisa pública. A Lava--Jato representou o fim de um ciclo. Sou consciente do significado disso e das demandas enormes que representará sobre a postura dos governantes de agora em diante e prometo não decepcionar a população. Quero, aspiro e pretendo que o Brasil deixe de ser reconhecido pelos seus habitantes e pelo resto do mundo como o país da corrupção e dos escândalos, o que nos enche de vergonha diante de nossos próprios olhos e da comunidade internacional. Precisamos combater essa mancha e irei me empenhar ao máximo na procura desse objetivo.

Por fim, quero deixar uma última, mas não menos importante, mensagem, acerca de algo que se tornou a principal preocupação de muitos brasileiros: o problema da segurança. Depois da redemocratização,

esse foi um tema relegado a um segundo plano pelo conjunto das forças políticas que dominaram o país. Poucas coisas são tão importantes hoje para o cidadão comum que recuperar a tranquilidade de ir e voltar de casa para o trabalho e vice-versa sem medo da violência que está à espreita em todas as esquinas do Brasil. Trabalhar em conjunto com as autoridades estaduais, sem distinção partidária, será obsessão para este presidente.

Quero ser cobrado no futuro por estas mensagens. Se a população sentir que terei cumprido com estas palavras, a jornada dos próximos quatro anos terá valido a pena. Faço minhas as palavras do ex-governador Eduardo Campos na sua última entrevista antes de morrer: 'Não vamos desistir do Brasil'. Temos muito a fazer. Obrigado a todos pela colaboração".

Se o novo Presidente tomar posse em 2019 pronunciando algo parecido ao que está acima, estaremos em boas mãos e poderemos ter 4 anos de prosperidade.

Fonte: Valor Econômico

Two Myths About Automation (Barry Eichengreen - 12/12/2017)

*Barry Eichengreen is Professor of Economics at the University of California, Berkeley, and a former senior policy adviser at the International Monetary Fund. His latest book is *Hall of Mirrors: The Great Depression, the Great Recession, and the Uses – and Misuses – of History*.*

* * *

Robots, machine learning, and artificial intelligence promise to change fundamentally the nature of work. Everyone knows this. Or at least they think they do.

Specifically, they think they know two things. First, more jobs than ever are threatened. “Forrester Predicts that AI-enabled Automation will Eliminate 9% of US Jobs in 2018,” declares one headline. “McKinsey: One-third of US workers could be jobless by 2030 due to automation,” seconds another.

Reports like these leave the impression that technological progress and job destruction are accelerating dramatically. But there is no evidence of either trend. In reality, total factor productivity, the best summary measure of the pace of technical change, has been stagnating since 2005 in the United States and across the advanced-country world.

Moreover, as the economist Timothy Taylor recently pointed out, the rate of change of the occupational structure, defined as the absolute value of jobs added in growing occupations and jobs lost in declining occupations, has been slowing, not accelerating, since the 1980s. This is not to deny that the occupational structure is changing. But it calls into question the widely held view that the pace of change is quickening.

The second thing everyone thinks they know is that previously safe jobs are now at risk. Once upon a time, it was possible to argue that robots would displace workers engaged in routine tasks, but not the highly skilled and educated – not the doctors, lawyers and, dare one say, professors. In particular, machines, it was said, are not capable of tasks in which empathy, compassion, intuition, interpersonal interaction, and communication are central.

Now, however, these distinctions are breaking down. Amazon’s Alexa can communicate. Crowd-sourcing, together with one’s digital history, can intuit buying habits. Artificial intelligence can be used to read x-rays and diagnose medical conditions. As a result, all jobs, even those of doctors, lawyers, and professors, are being transformed.

But transformed is not the same as threatened. Machines, it is true, are already more efficient than legal associates at searching for precedents. But an attorney attuned to the personality of her client still plays an indispensable role in advising someone contemplating a messy divorce whether to negotiate, mediate, or go to court. Likewise, an attorney’s knowledge of the personalities of the principals in a civil suit or a criminal case can be combined with big data and analytics when the time comes for jury selection. The job is changing, not disappearing.

These observations point to what is really happening in the labor market. It’s not that nurses’ aides are being replaced by health-care robots; rather, what nurses’ aides do is being redefined. And what they do will continue to be redefined as those robots’ capabilities evolve from getting patients out of bed to giving physical therapy sessions and providing emotional succor to the depressed and disabled.

At one level, this is good news for those concerned about the prospects of incumbent workers: there will continue to be demand for workers in existing occupations. Not all nurses’ aides will have to become software engineers. The knowledge they acquire on the job – of how one interacts with patients, how one recognizes their moods, and how one acknowledges their needs – will remain pertinent and valued. They will use that knowledge to guide and cooperate with their robotic colleagues.

Thus, the coming technological transformation won’t entail occupational shifts on the scale of the Industrial Revolution, with its wholesale redistribution of labor between the agricultural and industrial sectors. After all, the vast majority of Americans already work in the service sector. But it will be more important than ever for people of all ages to update their skills and renew their training continuously, given how their occupations will continue to be reshaped by technology.

In countries like Germany, workers in a variety of sectors receive training as apprentices and then over the course of their working lives. Companies invest and reinvest in their workers, because the latter can insist

on it, possessing as they do a seat in the boardroom as a result of the 1951 Codetermination Law. Employers' associations join with strong trade unions to organize and run training schemes at the sectoral level. The schemes are effective, in part, because the federal government sets standards for training programs and issues uniform curricula for trainees.

In the US, board membership for workers' representatives, strong unions, and government regulation of private-sector training are not part of the prevailing institutional formula. As a result firms treat their workers as disposable parts, rather than investing in them. And government does nothing about it.

So here's an idea. Instead of a "tax reform" that allows firms to expense their capital outlays immediately, why not give companies tax credits for the cost of providing lifelong learning to their employees?

Fonte: Project Syndicate



DISCLAIMER

O presente material é um breve resumo de cunho meramente informativo e genérico, não configurando consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento ou produto específico. Embora as informações e opiniões expressas neste documento tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé, nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. Todas as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitos a alteração sem prévio aviso. Este material não deve ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde esta divulgação ou uso seja contrário as leis ou regulamentos vigentes ou em que o ofertante ou solicitante não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços ou produtos contidos neste material.

Este material foi preparado pela Pragma Patrimônio para ser utilizado no seu processo de investimento. Nada neste material constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas as circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal.

Este material possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Os preços e demais informações contidas neste material são críveis e dignos de confiança na data de publicação do mesmo e foram obtidas de uma ou mais das fontes que seguem: (i) fontes expressas ao lado da informação; (ii) preço de cotação no principal mercado regulado do valor mobiliário em questão; (iii) fontes públicas confiáveis; ou (iv) base de dados da PRAGMA.

Este material não pode ser reproduzido ou distribuído por qualquer outra pessoa, parcialmente ou em sua totalidade, sem o prévio consentimento por escrito da PRAGMA. Informações adicionais acerca dos instrumentos financeiros mencionados nesta apresentação estão disponíveis sob consulta.